



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

7

PROCESSO LICITATORIO N.º 075/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 043/2016

O Município de Paraisópolis - MG, através do Pregoeiro designado pela Portaria n.º 532, de 23 de julho de 2015, Sr. Leandro Endrigo Alves Carvalho, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL** a fim de selecionar proposta objetivando à **contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN das agências bancárias existentes no município de Paraisópolis/MG, conforme especificações contidas neste edital e anexos.**

A abertura da sessão será às 08:30 horas, do dia 07 de Julho de 2016, na Sala de Licitações da Prefeitura de Paraisópolis, situada à Praça do Centenário, nº 103, Centro, Paraisópolis – MG quando serão recebidos os envelopes proposta e documentação, relativos à licitação, e credenciados os representantes das empresas licitantes

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei 10.520/02, subsidiariamente a lei n.º 8.666/93, e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 1482 de 02 de outubro de 2009, Lei Complementar 123/2006 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital.

Este Edital poderá ser obtido através do site: www.paraisopolis.mg.gov.br, no Link Licitações - Editais em Aberto ou no Setor de Licitações, situado na Praça do Centenário, nº 103 - centro, em Paraisópolis/MG.

1. OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN das agências bancárias existentes no município; análise e auditoria em balancetes mensais com o objetivo de apuração de possíveis divergências no recolhimento do ISSQN; realização de treinamento dos servidores do Setor de Tributos e cobrança via administrativa dos créditos que porventura existirem, mediante realização de serviços “in loco”, de no mínimo 02 vezes por semana na sede da licitante, através de corpo técnico profissional, abrangendo os seguintes serviços:

1. Trabalho técnico de pesquisa dos procedimentos adotados pelo Município, levantamento e planilhamento, para a definição de ações administrativas visando à recuperação de créditos evadidos.
2. Supervisão e gerenciamento de todas as ações a serem desenvolvidas na execução dos trabalhos constantes no processo licitatório, bem como das ações a serem desempenhadas pela Contratante através de seus funcionários, contratados e prestadores de serviços para o atendimento de exigências complementares que se interliguem com o objeto da licitação.
3. Consideram-se serviços complementares que se interligam com o objeto da licitação, todos aqueles que direta ou indiretamente possam interferir na execução normal e regular do objeto da licitação.
4. Monitoramento dos créditos, para confronto das planilhas levantadas a partir de dados e informações dos entes fiscalizados, obtidas pela fiscalização municipal.
5. Assessoria durante a execução dos serviços, para dirimir dúvidas com relação a todo o processo, apoiando o município onde o licitante vencedor puder contribuir com sua experiência e conhecimento.
6. Reuniões de posicionamento e acompanhamento dos processos junto aos responsáveis internos da Contratante.
7. A execução dos serviços constantes nestes itens é de responsabilidade EXCLUSIVA da futura CONTRATADA.

1.2 – Para fins de dimensionamento dos serviços a serem executados informamos que o Município de Paraisópolis/MG possui 05 agências bancárias, dos seguintes bancos: BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BRADESCO, ITAÚ UNIBANCO E HSBC. Informamos ainda que a população atual do município é estimada em 20.710 habitantes (IBGE 2015).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



2.1- Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.2 – As empresas que realizarem a **Visita Técnica nos dias 01 ou 05/07/2016, às 09:00 (nove) horas,** para tomar conhecimento de todos os elementos necessários à elaboração da proposta e peculiaridades inerentes a natureza dos serviços, **nos termos do inciso III do Artigo 30, da Lei 8.666/93.**

a) A visita técnica será acompanhada pela Diretor Adjunto de Tesouraria, Sr. Sebastião Mário de Moura, designado pela Administração para fiscalizar a execução dos serviços ora licitados.

b) Para realização da visita técnica a empresa credenciará representante especialmente para esse fim, que deverá comparecer a Prefeitura Municipal, na data e horário estipulados no item 3.2 deste Edital, munido de carta de credenciamento ou procuração, Contrato Social da empresa e Documento de Identidade.

2.3 - Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, ou tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1- Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido pessoalmente ou por via postal até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis.

3.1.1 Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. A impugnação deverá ser protocolizada pessoalmente ou por via postal no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3 Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - documento oficial de identidade;

II - procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investitura (Anexo II).

4.4 Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, tais como contrato social/alteração contratual e cópia do documento de identidade de quem recebe poderes.

4.5 Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial, na forma da Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio-DNRC, **ou outro órgão equivalente,** e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos



efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

4.5.1. A certidão apresentada após o dia 31 de janeiro do corrente ano, terá obrigatoriamente que ter sido emitida no exercício em curso.

4.6 – OS DOCUMENTOS REFERIDOS NOS ITENS 4.3, 4.4 e 4.5, BEM COMO A DECLARAÇÃO ABAIXO RELACIONADA DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES, POR OCASIÃO DO CREDENCIAMENTO:

a) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação – **Anexo IV**;

4.7 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão, para fins de apresentação de lances.

4.8 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.9 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

5 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços, a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

5.1.1 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5.2 Poderá o licitante apresentar envelopes por via postal ou por representante não credenciado, ficando o licitante obrigado a apresentá-los até a hora e data estabelecida no preâmbulo.

5.3 A participação na forma do item 5.2 impede a apresentação de lances por parte do licitante.

5.4 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

5.5 Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: "Proposta de Preço" e "Habilitação".

5.6 Os conjuntos de documentos relativos à proposta de preço e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação", na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇO)
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS - MG
PREGÃO Nº 043/2016
LICITANTE: _____
CNPJ n.º: _____

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:



ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS - MG
PREGÃO Nº 043/2016
LICITANTE: _____
CNPJ n.º: _____

5.7 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do Município, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

5.8 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.9 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo aqueles referentes à proposta de preço e à habilitação, além de seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE Nº 1

6.1 – A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do serviço a ser fornecido observadas as especificações constantes do **Anexo III** do presente edital, informando as características e quaisquer outros elementos referentes ao serviço cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha.
- b) a razão social do licitante, o endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.
- c) número do Pregão e do Processo Licitatório;
- d) valor percentual pretendido do montante que possivelmente vier a ser recuperado;**
- e) prazo de validade que deverá ser de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;**

6.2 – A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.3 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4 – No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes à execução do objeto desta licitação, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.5 – A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6.6 - As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo pregoeiro, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, este deverá assiná-la se estiver presente na sessão.

6.7 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, por estarem omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;



6.8 - Os preços serão cotados com duas casas decimais. Ex: 10,55

6.9 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.

6.10 - Todos os itens serão conferidos e analisados pelo setor requisitante para a devida aprovação, sujeitando a desclassificação os licitantes que não cumprirem as normas do edital.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

7.1.1 Regularidade Jurídica

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou da diretoria em exercício; ou

b) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou

c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização quando a atividade assim exigir; e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir; ou

d) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou

e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.

7.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2016;

c) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Estadual;

d) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede;

e) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011;

7.1.3 Qualificação Econômico-financeira

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com no máximo 60 dias da data de abertura da licitação;

7.1.4 Qualificação Técnica

a1) 01 (um) ou mais Atestado de capacidade técnica e/ou certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução pela empresa, de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto da presente licitação, qual seja, serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN de agências bancárias, ou;

a2) 01 (um) ou mais Atestado de capacidade técnica e/ou certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução por (s) profissional(is) vinculado a empresa, de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto da presente licitação, qual seja, serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN de agências bancárias;

Obs.: A comprovação do vínculo do (s) profissional (ais) será feita mediante apresentação de Cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados (FRE); ou cópia do



contrato social, no qual comprove que o mesmo é parte do quadro societário da empresa licitante; ou documento emitido pelo Conselho competente que comprove a vinculação com a empresa licitante; ou cópia de contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório, com objeto e prazo compatíveis com os desta licitação. Neste o caso o profissional constante do Atestado de Capacidade Técnica deverá obrigatoriamente ser indicado para execução dos serviços pela empresa licitante.

b) A licitante deverá apresentar uma relação indicando todos os profissionais que prestarão o serviço, com indicação expressa do responsável técnico, acompanhada da comprovação da qualificação técnica de cada um, ESPECIALMENTE NA ÁREA TRIBUTÁRIA, que será feita preferencialmente por meio de Curriculum Lattes, com os respectivos diplomas, certidões e atestados comprobatórios (Lei 8666/93, art. 30, inciso II);

Observações:

1 - A comprovação do vínculo do (s) profissionais relacionados para a prestação dos serviços, será feita mediante apresentação de Cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados (FRE), ou cópia do contrato social, no qual comprove que algum membro do quadro societário possua habilitação para tais serviços, ou documento emitido pelo Conselho competente que comprove a vinculação com a empresa licitante, ou cópia de contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório, com objeto e prazo compatíveis com os desta licitação.

2 - Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão obrigatoriamente participar da execução do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS - MG (Lei 8666/93, art. 30, §10)

c) Comprovação do Registro do Responsável Técnico pela execução dos serviços na entidade de classe competente;

7.1.5 Outros Documentos

- a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação – Anexo VII;
- b) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 – ANEXO VI;
- c) Termo de Renúncia de Recurso (Anexo IX);
- d) *Alvará de Localização e Funcionamento em plena validade;*
- e) *Atestado de Visita Técnica comprovando que a licitante tomou conhecimento de todos os elementos necessários à elaboração da proposta e peculiaridades inerentes a natureza dos serviços.*

Obs: Nas certidões que não constar vigência, será aceita com validade de **60 (sessenta) dias** a partir de sua emissão.

7.2. As empresas participantes que não apresentarem a documentação exigida, apresentarem incompleta ou incorreta, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

7.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8. DA CLASSIFICAÇÃO, DOS LANCES VERBAIS E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Para o julgamento das propostas escritas será considerado o **MENOR VALOR PERCENTUAL**;

8.2 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e o das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela, em cada item, poderão



fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.

8.3 Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de junhor preço, até proclamação do vencedor.

8.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.

8.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.7 Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

8.8 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as LICITANTES manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.12.1 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.12.1.1 a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

8.12.1.2 apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.12.1.3 não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.12.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresenta melhor oferta.

8.13 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

8.14 Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o menor preço.

8.15 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.16 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que ofertar o menor preço unitário.

8.17 Será desclassificada:



- a) a proposta que não atender às exigências deste edital;
- b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível.

8.18 Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

8.19 A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

8.20 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.1 – Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº 2 – “Habilitação” do licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

9.2 – Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas em cartório competente ou por servidor designado para o pregão.

9.3 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.3.1 – Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.3.2 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

9.3.3 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

9.3.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.4 – Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

9.5 – Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

9.6 – O pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões, por escrito, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.1.2 O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

10.1.3 Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

10.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde de logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos

10.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará decadência do direito de recurso.

10.5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias pela Administração.



10.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

10.7. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o aceite do produto pelo setor requisitante.

11 – DA ADJUDICAÇÃO

11.1. – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.2. – Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar com o proponente, para que seja obtido o melhor preço.

11.3. – Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do direito por parte da licitante. Constará na ata da Sessão à síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais Licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em secretaria.

12 – DO CONTRATO

12.1 Após homologado o resultado deste Pregão, a Administração convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação através de telefonema, FAX ou correio eletrônico, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.2 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.3 É facultado ao Pregoeiro, caso o adjudicatário quando convocado não assinar o termo de contrato convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

12.4 O contrato a ser firmado com o licitante adjudicatário incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

13 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 – A prestação de serviço do objeto desta licitação será realizada nas dependências da Prefeitura Municipal, ou no local determinado pela Administração no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** a contar da ordem de serviço.

13.2 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

13.3 - Para prestação de serviços a contratada deve possuir profissionais com experiência no ramo e disponíveis diariamente (quando necessário), de acordo com a ordem de serviço;

13.4 - A contratada é responsável pelos gastos com deslocamentos, alimentação e hospedagem dos profissionais destinados a prestação de serviços;

14 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA



14.1 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1.1 - Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Fornecer ao CONTRATADO todos os documentos necessários e informações solicitadas, indispensáveis para a execução dos serviços, bem como, no ato da assinatura deste contrato, outorgar instrumento de mandato habilitando os procuradores do CONTRATADO a representá-lo extra judicialmente;
- b) Permitir o acesso do CONTRATADO em suas instalações para realização de levantamentos e/ou estudos a fim de subsidiar demandas administrativas;
- c) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, dos serviços efetivamente prestados, de acordo com o prazo estabelecido na cláusula 2ª. deste contrato.

14.2 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.2.1 - Obriga-se o CONTRATADO a:

- a) Realizar todos os serviços previstos no item 01 deste edital, com a tomada de todas as providências administrativas previstas no ordenamento jurídico, observadas as condições aqui assumidas;
- b) Prestar irrestrita assessoria e pronto atendimento sempre que houver solicitação da CONTRATANTE;
- c) Manter sigilo de todas as informações e dados que tiver acesso relativos ao CONTRATANTE;
- d) Remeter, trimestralmente, ou a requerimento do CONTRATANTE, relatório detalhado e atualizado das medidas interpostas e providências realizadas.

15 – DO PAGAMENTO E DA EXECUÇÃO

15.1.- Os pagamentos serão efetuados conforme a execução dos serviços, mediante emissão de Documentos Fiscais e a apresentação de relatório mensal circunstanciado onde a futura CONTRATADA explicitará o valor da receita efetivamente recebida, recuperada ou cobrada em favor do CONTRATANTE naquele período, obtendo a futura CONTRATADA o pagamento de um percentual a ser definido por ocasião da abertura das propostas de preços deste certame licitatório, sobre o valor recebido, recuperado ou cobrado em favor da CONTRATADA. Os pagamentos serão realizados de acordo com as seguintes situações:

- a) No caso de pagamento via administrativa, através de quitação de DAM (Documentação de Arrecadação Municipal) ou depósito em conta corrente do Município pelos possíveis contribuintes em débito com o fisco municipal, a futura CONTRATADA receberá o percentual do valor recebido/recuperado a que faz juz até o décimo dia útil do mês posterior ao recebimento do valor recuperado em favor do município.
- b) No caso de recebimento de valores através de execução extrajudicial de títulos, a futura CONTRATADA receberá o percentual do valor recebido a que faz juz até o décimo dia útil do mês posterior ao efetivo recebimento do título executado.
- c) No caso de propositura de ação de execução fiscal pelo Município para o recebimento dos débitos apurados, a futura CONTRATADA receberá o percentual previsto no futuro contrato, quando do efetivo levantamento via judicial dos mesmos, após sentença com trânsito em julgado. Os percentuais deverão incidir sobre os valores recebidos atualizados na forma da lei e deverão ser quitados pelo Município até o décimo dia útil do mês posterior ao levantamento dos valores.

15.1.1 – O município optará por realizar a cobrança dos possíveis contribuintes em débito com o fisco municipal na seguinte ordem:

- cobrança via administrativa;
- execução extrajudicial de títulos;
- propositura de ação de execução fiscal;

15.2 – Os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante ordem bancária em conta indicada pelo CONTRATADO ou cheque nominal, após os Documentos Fiscais e Relatório de Atividades serem conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno e do Setor de Tributos;

15.3 – Deverá acompanhar o Documento Fiscal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;



15.4 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. - Recusando-se a vencedora a contratação sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

16.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.2.1. advertência;

16.2.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

16.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

16.2.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

16.3. - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Art 7 da lei 10520

16.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

16.5. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Paraisópolis, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

17- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. – As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº **0702 2.782 3.3.90.39.00.00.00.00 0100 (Ficha 153)**.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.2 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.

18.4 O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.5 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

18.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da



aquisição.

18.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição.

18.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Paraisópolis/MG.

18.11 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

18.12 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro na Prefeitura Municipal, no endereço: Praça do Centenário, nº 103, Centro – Paraisópolis, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (35) 3651-2043 ou pelo E-mail: prefmplicitacao@hotmail.com.

18.13 Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 08:00 às 16:00 hs, no endereço referido no preâmbulo deste Edital.

18.14 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

18.15 Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Descrição do Objeto;
- Anexo II – Modelo de credenciamento;
- Anexo III – Modelo de Apresentação de Propostas;
- Anexo IV - Modelo de Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação;
- Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
- Anexo VI – Modelo de Declaração que não emprega menor;
- Anexo VII – Dados para Elaboração do Contrato;
- Anexo VIII – Minuta de contrato de fornecimento.
- Anexo IX- Termo de Referência

Paraisópolis/MG, 21 de Junho de 2016.

Leandro Endrigo Alves Carvalho
Pregoeiro



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM ÚNICO			
Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	01	Serviço	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN das agências bancárias existentes no município de Paraisópolis/MG.

Paraisópolis/MG, 21 de Junho de 2016.

Leandro Endrigo Alves Carvalho
Pregoeiro



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Modelo, na modalidade Pregão, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

....., de de

Assinatura do Dirigente da Empresa
(reconhecer firma como pessoa jurídica)

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

21

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN das agências bancárias existentes no município de Paraisópolis/MG, conforme especificações contidas no edital e anexos.

(Dados da empresa)

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM ÚNICO				
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Percentual do valor do possivelmente recuperado
01	01	Serviço	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN das agências bancárias existentes no município de Paraisópolis/MG.	___ % (_____)

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso):

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.

Declaramos que no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, estão computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes à execução do objeto desta licitação.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

DECLARAÇÃO

_____, CNPJ _____, sediada
_____, por intermédio de seu representante legal,
infra-assinado, e para os fins do Pregão nº ____/2016, DECLARA expressamente que :

cumpre plenamente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos neste Edital.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

DECLARAÇÃO

_____, CNPJ _____, sediada
_____, por intermédio de seu representante legal,
infra-assinado, e para os fins do Pregão nº 043/2016, DECLARA expressamente que :

até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o subitem 8.1.1 do Edital.

_____, ____ de ____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

A empresa, inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante legal)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO VII – DADOS PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO

As informações abaixo deverão ser atualizadas, em caso de alguma mudança, pois serão consideradas para a **Elaboração do Contrato**. Tais dados deverão estar de acordo com os dados que integrarão a Nota Fiscal, para fins de Faturamento. Seu teor é de inteira responsabilidade da empresa licitante.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____ Insc. Estadual: _____

Insc. Municipal: _____

Telefone: () _____ Fax: () _____ E-mail: _____

Endereço Completo da Empresa: (Logradouro, nº, Bairro, Cidade, Estado, CEP)

DADOS DO(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do Contrato será necessária a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

Nome Completo: _____

Endereço/Domicílio Completo (Logradouro, nº, Bairro, Cidade, Estado, CEP)

Estado Civil: _____ Nacionalidade: _____

Filiação (nome do pai e da mãe): _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

RG (Órgão e Estado emissor): _____ Data da Expedição: _____ CPF:

_____ E-mail: _____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 18.025.965/0001-02, com sede à Praça do Centenário nº 103, centro, Paraisópolis – MG, **representado pelo Prefeito Municipal, Wagner Ribeiro de Barros**, simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, portadora do CNPJ nº _____, com sede à _____, **representada pelo Sr.** _____, brasileiro, casado, _____, portador do RG nº _____ doravante denominada **CONTRATADA**, considerando tudo o que consta no **PROCESSO LICITATORIO Nº 075/2016– PREGAO PRESENCIAL Nº 043/2016** sujeitando-se aos princípios e exigências da Lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, **RESOLVEM** celebrar o presente contrato para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISSQN das agências bancárias existentes no município, conforme especificações contidas no edital e anexos, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente do contrato a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN das agências bancárias existentes no município; análise e auditoria em balancetes mensais com o objetivo de apuração de possíveis divergências no recolhimento do ISSQN; realização de treinamento dos servidores do Setor de Tributos e cobrança via administrativa dos créditos que porventura existirem, mediante realização de serviços “in loco”, de no mínimo 02 vezes por semana na sede da licitante, através de corpo técnico profissional, abrangendo os seguintes serviços:

1. Trabalho técnico de pesquisa dos procedimentos adotados pelo Município, levantamento e planilhamento, para a definição de ações administrativas visando à recuperação de créditos evadidos.
2. Supervisão e gerenciamento de todas as ações a serem desenvolvidas na execução dos trabalhos constantes no processo licitatório, bem como das ações a serem desempenhadas pela Contratante através de seus funcionários, contratados e prestadores de serviços para o atendimento de exigências complementares que se interliguem com o objeto da licitação.
3. Consideram-se serviços complementares que se interligam com o objeto da licitação, todos aqueles que direta ou indiretamente possam interferir na execução normal e regular do objeto da licitação.
4. Monitoramento dos créditos, para confronto das planilhas levantadas a partir de dados e informações dos entes fiscalizados, obtidas pela fiscalização municipal.
5. Assessoria durante a execução dos serviços, para dirimir dúvidas com relação a todo o processo, apoiando o município onde o licitante vencedor puder contribuir com sua experiência e conhecimento.
6. Reuniões de posicionamento e acompanhamento dos processos junto aos responsáveis internos da Contratante.
7. A execução dos serviços constantes nestes itens é de responsabilidade EXCLUSIVA da futura CONTRATADA.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará a importância de R\$ _____ (_____) pela prestação dos serviços.

2.2. - Das Condições de pagamento:

2.2.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal.

2.2.2 - Os pagamentos serão efetuados conforme a execução dos serviços, mediante emissão de Documentos Fiscais e a apresentação de relatório mensal circunstanciado onde a futura CONTRATADA explicitará o valor da receita efetivamente recebida, recuperada ou cobrada em favor do CONTRATANTE naquele período, obtendo a futura CONTRATADA o pagamento de um percentual a ser definido por ocasião



da abertura das propostas de preços deste certame licitatório, sobre o valor recebido, recuperado ou cobrado em favor da CONTRATADA. Os pagamentos serão realizados de acordo com as seguintes situações:

a) No caso de pagamento via administrativa, através de quitação de DAM (Documentação de Arrecadação Municipal) ou depósito em conta corrente do Município pelos possíveis contribuintes em débito com o fisco municipal, a futura CONTRATADA receberá o percentual do valor recebido/recuperado a que faz juz até o décimo dia útil do mês posterior ao recebimento do valor recuperado em favor do município.

b) No caso de recebimento de valores através de execução extrajudicial de títulos, a futura CONTRATADA receberá o percentual do valor recebido a que faz juz até o décimo dia útil do mês posterior ao efetivo recebimento do título executado.

c) No caso de propositura de ação de execução fiscal pelo Município para o recebimento dos débitos apurados, a futura CONTRATADA receberá o percentual previsto no futuro contrato, quando do efetivo levantamento via judicial dos mesmos, após sentença com trânsito em julgado. Os percentuais deverão incidir sobre os valores recebidos atualizados na forma da lei e deverão ser quitados pelo Município até o décimo dia útil do mês posterior ao levantamento dos valores.

2.2.3 – O município optará por realizar a cobrança dos possíveis contribuintes em débito com o fisco municipal na seguinte ordem:

- cobrança via administrativa;
- execução extrajudicial de títulos;
- propositura de ação de execução fiscal;

2.2.4 – Os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante ordem bancária em conta indicada pelo CONTRATADO ou cheque nominal, após os Documentos Fiscais e Relatório de Atividades serem conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno e do Setor de Tributos;

2.3. - Critério de Reajuste

2.3.1. - Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo disposição autorizativa do Governo Federal.

2.3.2. - Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

2.3.3. - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. 020201-04.122.0001.2008-3.3.90.39.00 Ficha 11.

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da lei, contados a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1- Obriga-se o CONTRATANTE a:

a) Fornecer ao CONTRATADO todos os documentos necessários e informações solicitadas, indispensáveis para a execução dos serviços, bem como, no ato da assinatura deste contrato, outorgar instrumento de



- mandato habilitando os procuradores do CONTRATADO a representá-lo extra judicialmente;
- b) Permitir o acesso do CONTRATADO em suas instalações para realização de levantamentos e/ou estudos a fim de subsidiar demandas administrativas;
 - c) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, dos serviços efetivamente prestados, de acordo com o prazo estabelecido na cláusula 2ª. deste contrato.

CLÁUSULA 8ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1 - Obriga-se o CONTRATADO a:

- a) Realizar todos os serviços previstos na cláusula 1ª. deste contrato, com a tomada de todas as providências administrativas previstas no ordenamento jurídico, observadas as condições aqui assumidas;
- b) Prestar irrestrita assessoria e pronto atendimento sempre que houver solicitação da CONTRATANTE;
- c) Manter sigilo de todas as informações e dados que tiver acesso relativos ao CONTRATANTE;
- d) Remeter, trimestralmente, ou a requerimento do CONTRATANTE, relatório detalhado e atualizado das medidas interpostas e providências realizadas.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, através do **Setor de Tributos / Arrecadação** e do Controle Interno Municipal ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA 12 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é empreitada por preço global.

CLÁUSULA 13 - DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

13.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

13.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

13.1.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

13.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

29

13. 3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

13. 4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Paraisópolis, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Paraisópolis, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

_____, _____ de _____ de 2016.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

CONTRATADA

Testemunhas: _____
CPF nº : _____

CPF nº : _____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016

ANEXO IX- TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do ISSQN das agências bancárias existentes no município de Paraisópolis/MG, conforme especificações contidas no edital e anexos.

1 - JUSTIFICATIVA

1. Dentre as responsabilidades imputadas aos gestores municipais estão a defesa de bens e rendas do município, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.
2. Cabe a administração municipal atuar dentro a estrita legalidade na cobrança de tributos respeitados o prazo prescricional e decadencial tributário.
3. Ainda cabe a administração atualizar continuamente o cadastro fiscal com vistas a manutenção e recuperação das receitas tributárias.
4. Infelizmente, dentro dessa diversidade de atividades, algumas o município não consegue realizar a contento, por não possui recursos humanos e tecnológicos suficientes, dentre elas está a apuração de possíveis divergências no recolhimento do ISSQN de serviços bancários.
5. Assim, é necessário identificar se esses contribuintes tem efetuado o recolhimento de seus débitos observando a legislação tributária municipal e esparsa, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
6. Em síntese, através da presente licitação, a Administração Pública perseguirá um saneamento fiscal do contribuinte, garantindo a consecução dos princípios de eficiência e economicidade.

2 - OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria, assessoria e consultoria administrativa destinados a revisão dos recolhimentos do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN das agências bancárias existentes no município; análise e auditoria em balancetes mensais com o objetivo de apuração de possíveis divergências no recolhimento do ISSQN; realização de treinamento dos servidores do Setor de Tributos e cobrança via administrativa dos créditos que porventura existirem, mediante realização de serviços "in loco", de no mínimo 02 vezes por semana na sede da licitante, através de corpo técnico profissional, conforme especificações contidas neste Projeto Básico / Termo de Referência, por Menor Preço Global.

3 - VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS

Em contraprestação aos serviços prestados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o percentual máximo de **23,67% (vinte e três inteiros e sessenta e sete centésimos por cento)** dos valores possivelmente recuperados, conforme orçamentos obtidos pela administração municipal. A remuneração dos serviços prestados está condicionada estritamente ao fato de o benefício econômico efetivamente vier a ocorrer.

4 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Os serviços objeto da presente contratação são:
8. Trabalho técnico de pesquisa dos procedimentos adotados pelo Município, levantamento e planilhamento, para a definição de ações administrativas visando à recuperação de créditos evadidos.
 9. Supervisão e gerenciamento de todas as ações a serem desenvolvidas na execução dos trabalhos constantes no processo licitatório, bem como das ações a serem desempenhadas pela Contratante através de seus funcionários, contratados e prestadores de serviços para o atendimento de exigências complementares que se interliguem com o objeto da licitação.



10. Consideram-se serviços complementares que se interligam com o objeto da licitação, todos aqueles que direta ou indiretamente possam interferir na execução normal e regular do objeto da licitação.
11. Monitoramento dos créditos, para confronto das planilhas levantadas a partir de dados e informações dos entes fiscalizados, obtidas pela fiscalização municipal.
12. Assessoria durante a execução dos serviços, para dirimir dúvidas com relação a todo o processo, apoiando o município onde o licitante vencedor puder contribuir com sua experiência e conhecimento.
13. Reuniões de posicionamento e acompanhamento dos processos junto aos responsáveis internos da Contratante.
14. A execução dos serviços constantes nestes itens é de responsabilidade EXCLUSIVA da futura CONTRATADA.

ETAPAS DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados em etapas, conforme a seguir detalhado:

ETAPA 1: TREINAMENTO, LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DE DADOS

- Utilização de metodologia específica e de **SISTEMA INFORMATIZADO**, para auxiliar a coleta, a digitação, a organização e crítica dos dados, a apuração dos valores já recolhidos e daqueles por apurar, na identificação e quantificação dos direitos do Município em face do ISSQN.

ETAPA 2: PREPARAÇÃO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA

- Busca de informações, através da análise dos documentos das Instituições Financeiras.
- Montagem do banco de dados básico;
- Criação de rotinas de procedimentos;
- Identificação dos créditos evadidos.
- Atualização dos créditos conforme os critérios legais e identificação das hipóteses de recuperação.

ETAPA 3: REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

- Aglutinação dos dados e confronto das bases, para o levantamento da situação do Município em face do ISSQN – apurado e à apurar.
- Demonstração e documentação das diferenças apuradas em favor do Município para recorrer na esfera administrativa.
- Apreciação conjunta com os administradores do Município em face das alternativas a serem tomadas – hipóteses de confronto dos valores pagos e apurados por evasão.
- Proposição administrativa das medidas necessárias para viabilizar a recuperação dos valores apurados em benefício (direto ou indireto) do Município.

ETAPA 4: ACOMPANHAMENTO

- Gestão administrativa do necessário encontro de contas com as Instituições fiscalizadas.

ETAPA 5: RECUPERAÇÃO DE VALORES

Elaborar um diagnóstico sobre os valores efetivamente devidos e sobre os valores pagos, com base na análise dos normativos legais aplicáveis, possibilitando estratégias relativas à recuperação de créditos.

Esse trabalho implicará na execução das seguintes atividades:

- Elaboração de planilhas demonstrativas e cálculos dos valores encontrados, eventualmente recuperáveis, informando-se, de forma detalhada, todos os critérios utilizados, inclusive para a atualização monetária dos valores; e
- Acompanhamento e preparação dos processos administrativos necessários.

Ressalta-se que as medidas administrativas necessárias serão executados pela futura contratada.

RELATÓRIOS

Deverão ainda ser apresentados os seguintes relatórios durante a execução dos serviços:

- 1- Relatórios de acompanhamento do trabalho, indicando as atividades realizadas, os entraves identificados e os respectivos encaminhamentos.



2 - Relatórios financeiros mensais, a partir do primeiro crédito em conta corrente do Município ou quaisquer tipo de proveito econômico advindo das ações da Contratada.

3 - Relatório Final Consolidado resumindo as ações desempenhadas e suas consequências, inclusive as financeiras.

Para fins de mensuração dos serviços a serem executados informamos que o Município de Paraisópolis/MG possui 05 agências bancárias, dos seguintes bancos: BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BRADESCO, ITAÚ UNIBANCO E HSBC. Informamos ainda que a população atual do município é estimada em 20.710 habitantes (IBGE 2015).

5 - PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal.

5.2- Os pagamentos serão efetuados conforme a execução dos serviços, mediante emissão de Documentos Fiscais e a apresentação de relatório mensal circunstanciado onde a futura CONTRATADA explicitará o valor da receita efetivamente recebida, recuperada ou cobrada em favor do CONTRATANTE naquele período, obtendo a futura CONTRATADA o pagamento de um percentual a ser definido por ocasião da abertura das propostas de preços deste certame licitatório, sobre o valor recebido, recuperado ou cobrado em favor da CONTRATADA. Os pagamentos serão realizados de acordo com as seguintes situações:

a) No caso de pagamento via administrativa, através de quitação de DAM (Documentação de Arrecadação Municipal) ou depósito em conta corrente do Município pelos possíveis contribuintes em débito com o fisco municipal, a futura CONTRATADA receberá o percentual do valor recebido/recuperado a que faz juz até o décimo dia útil do mês posterior ao recebimento do valor recuperado em favor do município.

b) No caso de recebimento de valores através de execução extrajudicial de títulos, a futura CONTRATADA receberá o percentual do valor recebido a que faz juz até o décimo dia útil do mês posterior ao efetivo recebimento do título executado.

c) No caso de propositura de ação de execução fiscal pelo Município para o recebimento dos débitos apurados, a futura CONTRATADA receberá o percentual previsto no futuro contrato, quando do efetivo levantamento via judicial dos mesmos, após sentença com trânsito em julgado. Os percentuais deverão incidir sobre os valores recebidos atualizados na forma da lei e deverão ser quitados pelo Município até o décimo dia útil do mês posterior ao levantamento dos valores.

5.3 – O município optará por realizar a cobrança dos possíveis contribuintes em débito com o fisco municipal na seguinte ordem:

- cobrança via administrativa;
- execução extrajudicial de títulos;
- propositura de ação de execução fiscal;

5.4 – Os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante ordem bancária em conta indicada pelo CONTRATADO ou cheque nominal, após os Documentos Fiscais e Relatório de Atividades serem conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno e do Setor de Tributos;

6 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O contrato vigorará por doze meses, podendo ser prorrogado, observado o art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

7 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1- Obriga-se o CONTRATANTE a:

a) Fornecer ao CONTRATADO todos os documentos necessários e informações solicitadas, indispensáveis para a execução dos serviços, bem como, no ato da assinatura deste contrato, outorgar instrumento de mandato habilitando os procuradores do CONTRATADO a representá-lo extra judicialmente;

b) Permitir o acesso do CONTRATADO em suas instalações para realização de levantamentos e/ou estudos a fim de subsidiar demandas administrativas;

c) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, dos serviços efetivamente prestados, de acordo com o prazo estabelecido na cláusula 2ª. deste contrato.



8 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.2 - Obriga-se o CONTRATADO a:

- a) Realizar todos os serviços previstos no item 04 deste termo, com a tomada de todas as providências administrativas previstas no ordenamento jurídico, observadas as condições aqui assumidas;
- b) Prestar irrestrita assessoria e pronto atendimento sempre que houver solicitação da CONTRATANTE;
- c) Manter sigilo de todas as informações e dados que tiver acesso relativos ao CONTRATANTE;
- d) Remeter, trimestralmente, ou a requerimento do CONTRATANTE, relatório detalhado e atualizado das medidas interpostas e providências realizadas.

9 – Do Sigilo Profissional

9.1 – A contratada se obriga a respeitar e a assegurar o sigilo relativo às informações obtidas durante o seu trabalho não as divulgando, sob qualquer circunstância, para terceiros, sem autorização expressa da contratante, salvo, quando houver obrigação legal de fazê-lo.

10 - Penalidades Aplicáveis: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

a) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado na ata de registro de preços, pela recusa em assiná-la e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93;

b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado na ata de registro de preços, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado na ata de registro de preços pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.

d) advertência.

e) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

f) A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Paraisópolis, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

g) O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Paraisópolis, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

h) As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraisópolis, devidamente justificado.

i) A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Paraisópolis e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 5 anos se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.



j) As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

K) Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Paraisópolis/MG, 21 de Junho de 2016.

Leandro Endrigo Alves Carvalho
Pregoeiro